ABUSO DE AUTORIDADE

Moraes faz apelo por veto à emenda

Titular da Justiça pede que Congresso reprove punição ao MP

O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, fez um apelo, na sexta-feira, para que o Congresso não aprove medidas que "atentem contra a independência do Ministério Público e do Poder Judiciário", no pacote de medidas que busca reforçar o combate à corrupção, aprovado na Câmara na terça-feira e que agora tramita no Senado.

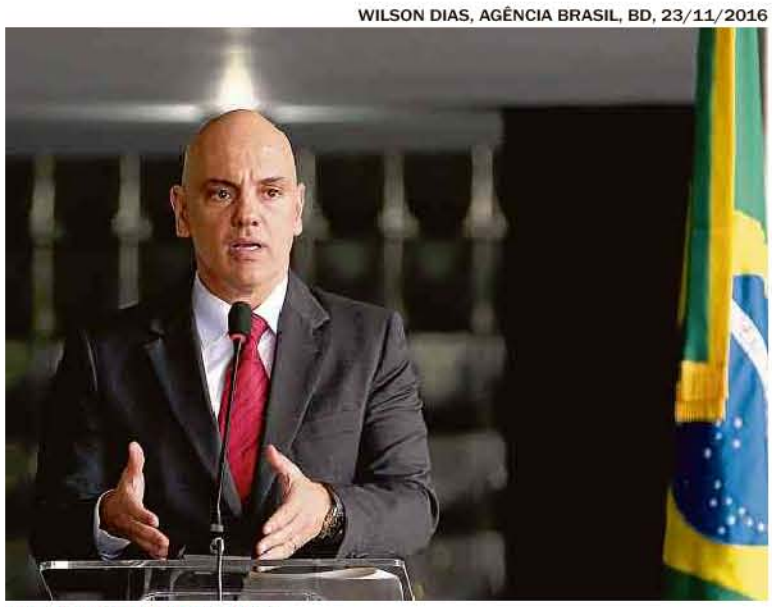
Moraes criticou a medida que prevê que um membro do Ministério Público (MP) possa ser punido caso seja derrotado em processo na Justiça.

– Quando você é membro do Ministério Público, você instaura um inquérito com base em indícios. Mas quando você ingressa com ação penal, a lei exige alguns requisitos. Durante o processo, isso pode não ser comprovado, e você não pode ser responsabilizado por isso, porque, caso contrário, toda ação você terá que ingressar com certeza de condenação, e não é para isso que serve o processo – disse Moraes, durante ação de combate ao mosquito *Aedes aegypt*, em uma escola de São Paulo.

O ministro disse também que seria errado responsabilizar magistrados em caso de revisão de condenações.

– O juiz, ao proferir a sentença, condena certas pessoas. Caso o tribunal reveja, isso faz parte do sistema, mas obviamente não pode levar isso a uma responsabilização por parte do juiz – declarou. – Seria um atentado contra a independência do Ministério Público, um atentado contra a independência do Poder Judiciário e, consequentemente, seria inconstitucional.

WILSON DIAS, AGÊNCIA BRASIL, BD, 23/11/2016



INCONSTITUCIONAL
Para o ministro, responsabilização é atentado à independência

Ameaça à Lava-Jato

Sobre a ameaça feita pelos procuradores da Lava-Jato de renunciar às investigações caso sejam aprovadas as medidas que enfraqueçam a operação, Moraes disse que o anúncio foi feito "em momento de emoção e de contrariedade".

– Tenho certeza de que, passado o calor dos fatos, os membros do Ministério Público devem ter repensado isso, porque os membros do MP, quando falam, falam em nome da instituição, e não é possível que o MP largue qualquer investigação – ponderou.

Maia não quer pautar projeto do Senado este ano

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse a interlocutores que não pretende pautar neste ano o projeto de lei do Senado que atualiza a lei de abuso de autoridade. A decisão, se confirmada, pode atrapalhar os planos do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), autor e principal fiador da proposta. A votação da matéria pelos senadores em plenário está marcada para a próxima terça-feira.

Rodrigo Maia

O projeto de lei do Senado que trata sobre abuso de autoridade é diferente da emenda que foi aprovada pela Câmara na madrugada de quarta-feira, com o pacote de medidas de combate à corrupção.

Maia sempre se posicionou contra votar qualquer tema relacionado a abuso de autoridade no momento em que a Operação Lava-Jato está em andamento, para evitar que a medida seja considerada retaliação. Na votação do pacote anticorrupção na Câmara, ele tentou convencer o líder do PDT, deputado Weverton Rocha (MA), a desistir de apresentar a emenda que regulamenta o crime para magistrados e integrantes do Ministério Público. No entanto, não obteve sucesso, diante do apoio da maioria dos líderes à proposta.

Mesmo contra a vontade de Maia, deputados simpáticos ao projeto do Senado poderão apresentar um requerimento de "urgência urgentíssima" com apoio de 257 deputados (maioria dos integrantes da Casa) ou de líderes que representem esse número de parlamentares.

A aprovação do requerimento, porém, não obriga Maia a colocar a proposta na pauta imediatamente. Pela jurisprudência, mesmo aprovando o pedido de urgência, a inclusão da matéria na pauta "depende de condições políticas".

RENAN RÉU

Presidente da OAB defende afastamento

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, defendeu o afastamento imediato do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). O peemedebista virou réu em ação penal por peculato no Supremo Tribunal Federal (STF).

Para Lamachia, "não se trata aqui de fazer juízo de valor quanto à culpabilidade do senador Renan Calheiros, uma vez que o processo que o investiga não está concluído".

– Trata-se de zelo pelas instituições da República – afirma. – É necessário que ele *(Renan)* se afaste imediatamente de suas funções de presidente do Senado e do Congresso Nacional para que possa bem exercer seu direito de defesa sem comprometer as instituições que representa.

Alvo de outros 11 inquéritos no Supremo, o peemedebista é acusado de desviar recursos de verbas indenizatórias do Senado por meio da contratação de uma empresa locadora de veículos em 2005. É a primeira vez que ele se torna réu.

A decisão dos ministros, por oito votos a três, ocorre em meio ao momento de maior tensão entre o presidente do Senado e o Poder Judiciário. Renan defende a aprovação no Congresso de projetos que visam coibir o abuso de autoridade. Para integrantes do Ministério Público e do Judiciário, incluindo a presidente do STF, Cármen Lúcia, as medidas representam ameaça às atividades de juízes.

> **Trata-se de zelo pelas instituições da República.**
>
> CLAUDIO LAMACHIA, presidente da OAB

LAVA-JATO

Lula avisa juiz Moro que vai a Cuba para velório de Fidel

A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva informou, na quinta-feira, ao juiz Sergio Moro, que o petista viajará para Cuba neste fim de semana para acompanhar as cerimônias do enterro do ex-líder Fidel Castro, morto na semana passada. Lula viajará para a ilha ao lado da também ex-presidente Dilma Rousseff.

Atualmente réu na Justiça Federal em Curitiba (PR), acusado de receber R$ 3,7 milhões em propina da OAS por meio de obras em um triplex no Guarujá (SP), atribuído pela Lava-Jato como propriedade do petista, e do aluguel de um galpão para guardar presentes que recebeu enquanto era presidente, Lula não está proibido de viajar. Pela lei, ele só é obrigado a notificar sobre sua eventual saída do país, indicando onde vai ficar, caso viaje por mais de uma semana.

Apesar disso, a defesa do ex-presidente optou por avisar Moro e outros juízes responsáveis pelos processos envolvendo o petista, que responde ainda a outras duas ações penais na Justiça Federal no Distrito Federal e a um inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF).

Nas ações que correm no Distrito Federal, Lula responde por ter sido acusado de tentar obstruir as investigações da Lava-Jato no episódio envolvendo a tentativa de barrar o acordo de delação premiada do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró e por tráfico de influência e corrupção envolvendo fraudes em financiamentos do BNDES para obras da Odebrecht na África.

A defesa de Lula rechaça as acusações e nega o envolvimento do ex-presidente em todos esses casos.